

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**GUILHERME JOSÉ SOUSA SARAIVA**

**JOSÉ EZEQUIEL COSTA CORDEIRO**

**RESENHA DO ARTIGO PSICOLOGIA JURÍDICA: CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA E INSTRUMENTOS UTILIZADOS**

**FORTALEZA**

**2018**

GUILHERME JOSÉ SOUSA SARAIVA

JOSÉ EZEQUIEL COSTA CORDEIRO

RESENHA DO ARTIGO PSICOLOGIA JURÍDICA: CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Resenha entregue a disciplina de Metodologia do Trabalho Acadêmico do curso de Psicologia para fins avaliativos.

FORTALEZA

2018

## SUMÁRIO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | INTRODUÇÃO ..................................................................................................... | 3 |
| 1.1 | Avaliação do Artigo .............................................................................................. | 4 |
| 2 | CONCLUSÃO ....................................................................................................... | 5 |
|  | REFERÊNCIAS .................................................................................................... | 6 |

## 1 INTRODUÇÃO

## Marjorie Cristina Rocha da Silva: “Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco.” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 56). Elisandra Fontana[[1]](#footnote-1): “Aluna do 10º semestre de Psicologia nas Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL).” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 56).

## O artigo é digital, possuindo linguagem clara e objetiva. As autoras buscaram “[...] levantar o perfil quanto à formação e à prática, bem como a verificação dos instrumentos mais utilizados pelos psicólogos forenses e jurídicos [...] principalmente aqueles atuantes em fóruns no estado de São Paulo [...]” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 56).

## As autoras elaboraram “[...] um questionário composto por 18 questões, sendo 17 abertas e 1 fechada.”, para que os 11 pesquisados, sendo estes psicólogos da área jurídica, criminal e forense, pudessem indicar quais as principais ferramentas utilizadas pelos mesmos e sobre a questão da formação profissional na psicologia jurídica, forense e criminal (SILVA; FONTANA, 2011, p. 56). Para isso, SILVA e FONTANA (2011) formularam cinco tabelas que objetivaram mostrar a situação de trabalho na área da Psicologia Jurídica.

## Os pesquisados foram “[...] contatados pessoalmente e via meio eletrônico e após decisão voluntária na participação [...]” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 61). Segundo SILVA e FONTANA (2011) a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## Na análise dos dados

## [...] foi realizado o agrupamento das respostas dos protocolos recebidos dos participantes da pesquisa a fim de qualificar suas respostas e também permitir a caracterização descritiva dos participantes. Após a análise e categorização dos protocolos foi realizada a estatística descritiva e discussão entre os dados obtidos e o material bibliográfico pesquisado. (SILVA e FONTANA, 2011, p. 61).

## A metodologia utilizada pelas autoras é abrangente no que tange aos objetivos propostos e procura respondê-los ao longo das tabelas e estatísticas no decorrer do artigo. A coleta de dados foi bastante limitada pois foram pesquisados apenas psicólogos, enquanto que um dos objetivos das autoras era “[...] realizar alguns apontamentos sobre as especificidades dos profissionais da Psicologia e Psiquiatria [...]” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 57) e “[...] avaliar o perfil dos profissionais envolvidos na prática de avaliação psicológica e psiquiátrica no contexto judicial em termos de trajetória profissional e instrumentos mais utilizados na prática.” (SILVA; FONTANA, 2011, p. 60). A análise dos dados não possui nenhuma contradição ou inconsistência diante dos dados obtidos, apresentando assim uma boa interpretação e de fácil compreensão.

## 1.1 Avaliação do Artigo

## A partir da análise da pesquisa pode-se deduzir que o público que se deseja atingir pelas autoras são, ainda, estudantes de cursos de Psicologia e que almejam ingressar ou ter um breve conhecimento sobre os profissionais que já são atuantes na área da Psicologia Jurídica.

## A pesquisa apresenta relevantes dados para a comunidade acadêmica pois, como afirmado no artigo, em nosso país temos pouca produção intelectual a respeito da psicologia jurídica; serve assim como uma fonte de conhecimento (SILVA; FONTANA, 2011). Essa escassez de conteúdo e pesquisa à cerca do assunto também é relatada por outros autores em outras obras, como no artigo Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil, onde a autora afirma que “[...] as publicações sobre o tema são diminutas, principalmente aquelas que abordam o perfil da Psicologia Jurídica brasileira.” (FRANÇA, 2004, p. 73), assim nota-se que esse é um problema antigo e que pouca coisa mudou desde então.

## E, embora tenha havido “[...] limitações do estudo quanto à pesquisa de material bibliográfico bem como na abrangência dos pesquisados [...]” as autoras puderam expressar a maioria dos objetivos da pesquisa (SILVA; FONTANA, 2011, p. 69). Assim, em vista do que SILVA e FONTANA (2011) afirmaram no que tange à busca de referências bibliográficas e profissionais dessa área, há a necessidade de replicação dos estudos.

**2 CONCLUSÃO**

## Em vista dos fatores limitantes e criticados até aqui, destaca-se ainda o fato de que “[...] há necessidade de mudanças na área quanto ao número baixo de profissionais especializados, bem como sua valorização [...]” (SILVA e FONTANA, 2011, p. 56). Tendo isto sido notado também em outras pesquisas de outros autores, onde é afirmado que “[...] ainda temos uma concentração de psicólogos jurídicos atuantes nos setores mais tradicionais [...] (FRANÇA, 2004, p. 79).

## Em seguida, Silva e Fontana (2011), defendem uma maior articulação entre os profissionais da psicologia jurídica e do direito, pois ambos apresentam formas diferentes de tratar os conflitos de seu trabalho. Silva e Fontana (2011) sugerem um diálogo entre a área da psicologia jurídica e o direito em busca da harmonização.

**REFERÊNCIAS**

FONTANA, E.; SILVA, M. C. R. Psicologia jurídica: caracterização da prática e instrumentos utilizados. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 56-71, jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/10646/9335>. Acesso em: 23 abr. 2018.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 73-80, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1516-36872004000100006>. Acesso em: 23 abr. 2018.

1. Não foi possível localizar a atual ocupação de Elisandra Fontana mesmo após buscas na internet e tentativas de contato direto por meio das redes sociais. [↑](#footnote-ref-1)